POR UM PENSAMENTO RELACIONAL: NORBERT ELIAS, PIERRE BOURDIEU E A RELAÇÃO SUJEITO/OBJETO

Hector Fernando Segura-Ramírez

RESUMO: Com base em um conjunto de textos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, dois dos sociólogos mais significativos de nosso tempo, focalizamos a forma de pensamento relacional que está na base da obra desses cientistas sociais, e mostramos como esta forma de pensar implica uma crítica às formas de pensamento substancialista e realista e que esta crítica se realiza a partir do questionamento das relações sujeito/objeto. Por outro lado, evidenciamos qual a importância que Elias e Bourdieu atribuem à história como disciplina científica no processo da pesquisa sociológica.

UNITERMOS: Bourdieu, Elias, sujeito, objeto, formas de pensamento, sociologia, crítica.

Em última instância, o teste crucial da fecundidade ou esterilidade de uma teoria sociológica é a fecundidade ou esterilidade das investigações empíricas estimuladas por ela e nela fundamentadas.

Norbert Elias

INTRODUÇÃO

Na análise proposta neste escrito partimos da premissa que afirma que tanto o “sujeito” quanto o “objeto” de conhecimento são produtos históricos de processos sociais de unificação, de objetivação, de subjetivação e de racionalização que operam nas multiplicidades concretas que configu-

ram o real. Noutros termos, que “sujeito” e “objeto” são produtos “dados” da cultura ocidental, que não existem em si mesmos, isto é, independentemente das relações com outros objetos e sujeitos.

A construção do objeto, que não deve confundir-se com o “problema da pesquisa”, é ao mesmo tempo a operação mais importante e a mais completa e sistematicamente ignorada no processo da pesquisa científica nas ciências sociais. A construção do objeto é o *locus* primário no qual se apresenta a relação dialética entre o sujeito e o objeto da pesquisa. Há uma espécie de implicação construtiva mútua, na medida em que os processos de racionalização, de unificação, e de objetivação que estão na base da construção do objeto implicam processos de constituição de sujeitos de conhecimento. Assim, construir o objeto é ao mesmo tempo construir-se como pesquisador ou cientista social. Neste escrito partimos da idéia de que a relação sujeito/objeto é a relação primordial do conhecimento científico, para logo indagar pelas percepções e/ou concepções que têm tanto Norbert Elias como Pierre Bourdieu a respeito desta relação.

Os trabalhos de Elias e Bourdieu, dois praticantes importantes da sociologia científica do final do século XX, compartilham uma premissa fundamental, o ponto de vista ontológico expressado no enunciado, *o real é o racional*. A expressão do enunciado é de Bourdieu (1994; 1995; 1996; 2000), não obstante, como pretendemos mostrar aqui, a obra sociológica de Elias, também se baseia neste princípio fundamental da filosofia da ciência relacional.

No que diz respeito à construção do objeto, isto é, ao *locus* privilegiado onde se efetua a relação sujeito/objeto, os dois pensadores compartilham uma ontologia relacional. A forma de pensar relacional se opõe às formas realista e substancialista e propõe pensar o mundo social como um espaço de relações. Neste contexto uma das tarefas que se colocam ao cientista social no processo de construção do objeto consiste em manter perante os fatos uma postura ativa e sistemática, no intuito de formular um sistema coerente de relações que deve ser posto a prova como tal, isto é, de interro-

gar sistematicamente um caso particular para extrair dele as propriedades gerais ou invariantes. Tanto a teoria das configurações de Norbert Elias como a teoria da ação de Pierre Bourdieu obedecem a este princípio.

O modo de pensar substancialista é definido por Bourdieu (1996, p.17) como o do senso comum e do racismo na medida em que leva a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas numa espécie de *essência* biológica ou cultural.

O PENSAMENTO RELACIONAL E A TEORIA DAS CONFIGURAÇÕES

A crítica de Norbert Elias à forma de pensar substancialista aparece em diferentes momentos de sua obra. Com efeito, na Introdução à edição do seu *Processo Civilizador* (1990), Elias efetua a crítica ao senso comum presente na imagem tradicional do homem que leva às pessoas, e dentre estas os sociólogos, a falar em indivíduos e sociedades como se fossem dois fenômenos com existência separada ao invés de dois aspectos diferentes do mesmo ser humano. Na sociologia, Talcott Parsons seria um autor paradigmático (exceto quando utiliza categorias psicanalíticas) em dar ao mundo social um tratamento substancialista. Segundo Elias (1990, p. 236), na sua tentativa de elaborar um modelo teórico da relação entre estruturas da personalidade e estruturas sociais, Parsons estaria confundindo duas idéias não muito compatíveis: a noção de indivíduo e sociedade – “ego” e “sistema social” – como entidades existindo independentemente uma da outra, sendo o indivíduo considerado como a realidade concreta e a sociedade como epifenômeno, e a noção de que as duas são planos diferentes, mas inseparáveis do universo formado pelo homem.

Assim – para dar apenas um exemplo – Parsons adota a noção, já desenvolvida por Durkheim de que a relação entre “in-

divíduo” e “sociedade” é uma “interpenetração” do indivíduo e do sistema social. Como quer que essa “interpenetração” seja concebida, o que mais pode essa metáfora significar, senão que estamos tratando com duas entidades diferentes que, primeiro existem separadamente e que depois se “interpenetram”? (Elias, 1990, p. 220).

Para Elias (1990, p. 235), “essa curiosa aberração do pensamento” que constitui a dicotomia indivíduo/sociedade sofre de um conteúdo ideológico implícito que tem a sua raiz nos ideais dos Estados nacionais mais desenvolvidos. No sistema de valores políticos das nações-Estados se postula a sociedade como um todo, a nação como o mais alto valor, ao mesmo tempo que se postula desde o ponto de vista filosófico o indivíduo inteiramente auto-suficiente, o indivíduo livre, a personalidade fechada como o mais alto valor. O reflexo dessa persistente divisão no interior das nações entre os dois ideais aparece segundo Elias, nas teorias de sociólogos cujo ideal nacional tem uma cor conservadora-liberal, exemplos disto seria o trabalho teórico de Max Weber e as teorias de Talcott Parsons. Para Elias, a oposição entre “indivíduo” e “sociedade” que está na base do modo de pensar substancialista, que é forma predominante de pensar e sentir na sociologia, constitui uma antinomia “bastante irreal” fruto de tradições político-filosóficas nas quais uma considera a “sociedade” como algo extra-individual e a outra considera o “indivíduo” como algo extra-social.

Como es obvio, ambas ideas son ficticias. La sociedad costesana no es un fenómeno que exista fuera de los individuos que la forman; los individuos que la constituyen, ya reyes, ya ayudas de cámara, no existen fuera de la sociedad que integran unos com otros. El concepto de “configuración” sirve para expresar esta situación (Elias, 1996, p. 31).

A crítica de Elias ao senso comum racista e racializante presente no modo de pensamento substancialista está na sua obra *Estabelecidos-Outsiders* (2000). Para este autor, as “relações raciais” simplesmente constituem um

tipo particular de relações *estabelecidos/outsiders*, nas quais o fato dos membros dos dois grupos diferirem na sua aparência física serve apenas como um sinal de reforço que torna os membros do grupo estigmatizado mais fáceis de reconhecer na sua condição. Assim o uso de adjetivos como “racial” ou “étnico” utilizados no contexto das relações *estabelecidos/outsiders*, tanto na sociologia como na sociedade em geral, seriam sintomáticos de um ato ideológico de evitação, na medida em que ao empregá-los chama-se a atenção para um aspecto periférico dessas relações (por exemplo, as diferenças na cor da pele) enquanto se desviam os olhos daquilo que é central (por exemplo, as diferenças de poder e a exclusão do grupo menos poderoso dos cargos com maior potencial de poder e influência). A questão central não é a diferença de ascendência racial ou de aparência física:

[O] aspecto saliente de sua relação [entre os grupos] é eles estarem ligados de um modo que confere a um recursos de poderes muito maiores que os do outro grupo e permite que esse grupo barre o acesso dos membros do outro ao centro dos recursos de poder e ao contato mais estreito com seus próprios membros, com isso relegando-os à posição de *outsiders* (Elias, 2000, p. 32).

As relações entre estabelecidos e *outsiders* são basicamente relações entre grupos nas quais o grupo estabelecido consegue estigmatizar os *outsiders* como pessoas de menor valor humano. Considera que lhes falta a virtude humana superior, o carisma grupal distintivo que se atribui a si mesmo (por exemplo, a brancura no caso do Brasil). Em termos de diferenciais de poder o grupo estabelecido é seguramente superior aos outros grupos interdependentes, de uma forma tal que podem fazer com que estes, os *outsiders*, os indivíduos “inferiores” se sintam carentes de virtudes julgando-se humanamente inferiores. Para Elias (2000, p. 32), a denominação “preconceito racial” seria particularmente não adequada, já que a aversão, o desprezo ou ódio que os membros de um grupo estabelecido sentem pelos membros de um grupo de *outsiders*, não diferem nos casos em que os dois grupos são cla-

ramente distintos na sua aparência física e naqueles em que são fisicamente indistinguíveis (o caso dos judeus na Alemanha nazista, por exemplo), isto significa que quando existem diferenças de aparência física e outros aspectos biológicos a que costumamos classificar como “raciais”, a sócio-dinâmica das relação entre os grupos interligados na condição de *estabelecidos/outsiders* é determinada pela sua forma de vinculação e não por qualquer característica que os grupos tenham independentemente dela.

Neste contexto, não deixa de chamar à atenção o fato de que a teoria de Parsons seja também o alvo privilegiado da crítica de Bourdieu (2000, p. 24). Codificada como a forma de pensar substancialista dominante que além de se basear na oposição “indivíduo” e “sociedade” se assenta na dicotomia entre “teoria” e “metodologia”, a “teoria” teórica de Parsons constituiria um *melting pot* conceitual obtido pela compilação puramente teórica, (alheia a toda aplicação) de algumas grandes obras (Durkheim, Pareto, Weber, etc.), reduzidas à sua dimensão “teórica” ou professoral. Tanto a “teoria” teórica de Parsons quanto o neofuncionalismo de Jeffrey Alexander¹ constituiriam um conjunto de compilações e classificatórias nascidas da atividade professoral, mas que só servem para o ensino. À teoria teórica enquanto discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias, Bourdieu (2000, p. 59) opõe a teoria científica como construção provisória, como programa de percepção de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Aqui Bourdieu concorda inteiramente com Elias no que diz respeito à relação teoria/prática, senão vejamos:

¹ Para Bourdieu (1989, p. 59) teóricos da teoria como Jeffrey Alexander não estariam tomando o partido da ciência, na medida em que suas “reflexões” não são a consequência de dedicar mais tempo e mais esforços a pôr em ação os conhecimentos teóricos adquiridos investindo-os em pesquisas novas. Alexander seria um daqueles professores que condiciona seus conhecimentos teóricos para a venda “metendo-os num embrulho de metadiscorso, destinado menos a controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar sua própria importância ou a dele retirar diretamente benefícios fazendo-o circular nas inúmeras ocasiões que a era do jacto e do colóquio oferece ao narcisismo do pesquisador.” Por outro lado não deixa de chamar atenção o fato de que no seu texto “*O novo movimento teórico*” (1987) Alexander ignore totalmente a produção sociológica de Norbert Elias.

Todos los modelos nacen del empeño de analizar las relaciones existentes en la realidad misma [...] No tienen la pretensión de ser los modelos definitivos ni lo absolutamente último que pueda decirse sobre los procesos y configuraciones analizados. Ninguna teoría, ningún modelo puede pretender ser absolutamente definitivo en ningún campo de investigación (Elias, 1996, 51).

Quanto à oposição entre “teoria” e “metodologia” como duas instâncias separadas, Bourdieu (2000, p. 24) acredita que esta deve ser recusada completamente, pois não se pode reencontrar o concreto, combinando duas abstrações, já que a prática da pesquisa empírica tem demonstrado que as opções técnicas mais “empíricas” são inseparáveis das opções mais “teóricas” da construção do objeto. Novamente aqui Bourdieu está muito próximo da posição tomada por Elias na sua introdução à edição mexicana de *La sociedade Cortesana* (1996) quando reafirma sua crítica a Parsons:

Debe aquí bastar con dejar hablar por sí misma a la realización doble de las ideas en el plano teórico y en el empírico. Sin una discusión explícita, se muestra asimismo con bastante claridad cómo y por qué el punto de partida del problema sociológico se mantiene en íntimo contacto con las tareas empíricas de la sociología, cuando se pasa de una teoría sociológica de la acción y de una teoría de sistemas que como a de Talcott Parsons, implica un abismo imaginario entre individuo y sociedad, que queda sin colmar, a una teoría sociológica de la configuración que supera la idea de tal abismo (Elias, 1996, p. 49).

Noutros termos:

Se puede captar con mucha mayor riqueza de relaciones, las particularidades de la investigación empírica, si se entiende su importancia teórica; y se puede asimilar mejor el razonamiento teórico si se tienen a disposición los datos empíricos a los que este alude (Elias, 1996, 43).

O modo de pensamento relacional deve estar presente desde o momento mesmo da seleção e valoração dos problemas da pesquisa (Elias, 1996, p. 17). O sociólogo alemão recomenda que na seleção dos problemas da pesquisa o pesquisador deve evitar guiar-se pela escala de valores convencional, pelo fato de esta não ser questionada, e por isso, não é mesmo confiável do ponto de vista científico. Assim, por exemplo, do ponto de vista das sociedades burguesas industriais a etiqueta da sociedade de corte poderia parecer algo bastante fútil, meramente “exterior” e talvez ridículo, não obstante, focalizada como elemento de análise na estrutura da sociedade de corte, mostrou-se como um índice e um instrumento de medição do valor do prestígio na trama das relações do indivíduo.

[S]e afirma la necesidad de un esfuerzo consciente para asegurar una mayor autonomía tanto de la selección como de la formulación de problemas sociológicos del presente o del pasado, frente a valoraciones populares que se asumen como algo evidente y, por consiguiente, sin examen (Elias, 1996, p. 19).

Precisa-se pois para construir o objeto científico que o pesquisador assuma uma postura autônoma frente às valorações e ideais habitualmente transitórios, fruto de controvérsias da sua época e que servem como substitutos de teorias relativamente autônomas e de modelos de relações verificáveis e revisáveis a respeito da aquisição de um novo saber particular. Noutros termos, deve o pesquisador evitar que os preconceitos de sua própria época e de seu próprio grupo lhe fechem o caminho da compressão das relações humanas que procura entender.

El análisis sociológico exige la mas estricta exclusión de los sentimientos e ideales personales del investigador o, en otras palabras, una mayor autonomía de la valoración. [...] Los investigadores no pueden seguir adelante com su trabajo y se quedan empantanados en la incertidumbre, cuando, acriticamente y desde fuera, trasponen a las épocas por investigar las valoraciones, políticas, religiosas e ideológicas de su próprio tiempo, como si fueran evidentes en vez de enfocar, ya en la

orientación y elección de los problemas, los vínculos específicos, así como – y en especial – las específicas escalas axiológicas de las sociedades humanas que se estudian (Elias, 1996, p. 44).

A teoria das configurações de Norbert Elias (1990; 1996; 2000) constrói o mundo social como um espaço de relações ou rede de interdependências dos homens, dos processos e das estruturas. Os homens individuais constituem simultaneamente configurações de diverso tipo e as sociedades não são mais que configurações de homens interdependentes. Nesta teoria os homens não se apresentam como indivíduos totalmente independentes uns de outros, nem se lhes considera como sistemas totalmente fechados, cada um com um começo absoluto que esconde em si mesmo a explicação de um certo acontecimento histórico-social. Dizer que os indivíduos existem em configurações não é outra coisa que afirmar que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos que de um modo ou de outro são interdependentes.

En el análisis de la configuración, los individuos aparecen em alto grado, tal como se les puede observar, como sistemas peculiares abiertos, orientados mutuamente entre sí, vinculados reciprocamente mediante interdependencias de diversa clase y, en virtud de éstas, formando conjuntamente configuraciones específicas (Elias, 1996, p. 41).

Isto significa que as configurações têm um caracter irreduzível, no sentido de que não é possível explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos existam de algum modo independente delas.

Outra característica definidora da teoria das configurações é que ela foi desenhada para pensar processo sociais, isto é, o movimento, a socio-dinâmica das relações *estabelecidos-outsiders*, por exemplo, no sentido de que as respostas às perguntas que orientaram a pesquisa de Elias e Scotson

(2000) focalizam processos sociais de “dominação”, a saber: primeiro, o que é que induz as pessoas que formavam o grupo dos “estabelecidos” a se colocarem como uma ordem melhor e superior de seres humanos? E segundo, que recursos de poder lhes permitiam afirmar a sua superioridade e lançar um estigma sobre os outros, como pessoas de estirpe inferior?. Estes processos sociais de dominação devem ser vistos imbricados no desenvolvimento de configurações humanas específicas, isto é, percebidos como processos históricos. É este elemento processual da teoria das configurações de Norbert Elias que leva este autor a propor uma maior integração entre a história e a sociologia como disciplinas científicas:

El esfuerzo por una coordinación mas fecunda del trabajo histórico y sociológico tropieza todavía, por el momento, con la carencia de una obra unitária de enquadramento teórico a la que pueda dirigirse en su estudio tanto la investigación sociológica como la histórica (Elias, 1996, p. 42).

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E PENSAMENTO RELACIONAL

Para o sociólogo francês (2000, p. 24) o primeiro preceito, do modo de construir o objeto da pesquisa nas ciências sociais é pensar de forma relacional: pensar a diferenciação social como forma de um espaço de relações e, ao mesmo tempo lutar contra a inclinação primária de pensar o mundo social de uma maneira realista ou substancialista.

Pensar de forma relacional implica ou pressupõe praticar a dúvida radical, isto é, pôr em causa os objetos pré-construídos. Para construir o seu objeto, o pesquisador deve pôr em suspenso todos os pressupostos inerentes ao fato dele mesmo ser um ser social que também interiorizou as estruturas da sociedade ou do mundo social que pesquisa. Assim, para o pesquisador que aborda a sua própria sociedade, coloca-se como necessário o rompimento com o senso comum, a ruptura com o objeto pré-construído, com as representações partilhadas por todos, independentemente de se tra-

tar dos simples lugares-comuns da existência vulgar, das representações oficiais inscritas nas instituições, na objetividade das organizações sociais e nos cérebros (Bourdieu, 2000, p. 21). Uma vez que o pesquisador faz parte do objeto pesquisado, pensar seu próprio pensamento é a *conditio sine qua non* de uma prática científica rigorosa. Além de pôr entre parênteses o senso comum, pensar o seu próprio pensamento implica, para o cientista social, discutir e questionar sua própria linguagem, a linguagem que a *profissão* emprega para falar e pensar o mundo social, isto é, os próprios conceitos, as palavras e os métodos que têm servido de base às pesquisas. A necessidade de discutir e questionar a linguagem disciplinar está no fato dela ser um depósito de pré-construções naturalizadas, que são ignoradas como tais e que funcionam como instrumentos inconscientes de pré-construção. Para o sociólogo francês a visão crítica decorrente da ruptura com o pré-construído implicaria não só uma ruptura epistemológica, mas também uma conversão do olhar:

Trata-se de produzir senão um «homem novo» pelo menos, «um novo olhar» um olhar sociológico. E isso não é possível sem uma verdadeira conversão, uma *metanóia*, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social (2000, p. 21).

Para não ser objeto dos problemas que toma por objeto, o cientista social deve fazer a história social da emergência e constituição progressiva dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento que os informam, quer dizer, fazer a história social do trabalho social coletivo de construção de instrumentos de construção da realidade social². E isto por

² Noutros termos, a construção dos problemas sociais é um instrumento de construção da realidade social que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, e especialmente no campo das ciências sociais. Penso por exemplo, no problema racial da sociedade brasileira (recentemente colocado em termos de cotas). Um problema social que entra na sociologia do país e que cada dia ganha mais força para ser percebido como um problema legítimo, digno de ser discutido publicamente e em última instância, oficializado pelo Estado.

duas razões: pelo fato de que a ciência social sempre está exposta a receber, da sociedade que ela estuda, *os problemas* que levanta a respeito dela; e a segunda, pelo fato do mundo social construir sua própria representação servindo-se do sociólogo e da sociologia.

A importância de se fazer a história social do problema que se toma por objeto radica no fato desta nos permitir descobrir que o problema, aceito como evidente, foi socialmente produzido por um trabalho coletivo de construção da realidade social, no sentido de que foram necessárias reuniões, associações, comissões, ligas de defesa, movimentos, manifestações, tomadas de posição, programas, projetos, etc., para que aquilo que era e poderia continuar a ser considerado como um problema *privado*, particular, singular, tornar-se um *problema social*, um problema público, de que se pode falar publicamente, ou mesmo um problema oficial, objeto de tomada de posições oficiais e até de leis e decretos³.

Por outro lado, segundo o pensador francês, para construir um objeto verdadeiramente científico, o pesquisador deve realizar uma socioanálise de si mesmo, ou uma sociologia do seu projeto científico, de suas ambições ou demissões, das suas audácias e de seus temores, das dificuldades, das atitudes socialmente construídas – por exemplo, arrogância, humildade, submissão. Trata-se de tomar consciência das atitudes favoráveis ou desfavoráveis que estão associadas às próprias características sociais, escolares, sexuais, raciais ou culturais do pesquisador, para ter uma probabilidade mínima de agir sobre essas atitudes.

Apoiar-se no conhecimento das determinações sociais suscetíveis de entorpecer o trabalho científico do sociólogo; e na análise científica de todas as coações e limitações inerentes ao fato de ocupar uma posição determinada num campo e numa certa trajetória, para neutralizar seus efeitos (2000, p. 56).

³ Recentemente os deputados estaduais fluminenses aprovaram um projeto de lei que reserva a “negros” e “pardos” 40% das vagas nas universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro.

Realizar a objetivação participante é o último preceito enunciado por Bourdieu como fundamental no processo de construção do objeto científico. O sociólogo francês nos adverte não confundir a objetivação participante com a “observação participante”. A primeira é valorizada como o exercício mais difícil e o mais necessário do processo da pesquisa porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, aquelas que em muitas ocasiões constituem o *interesse* do próprio objeto estudado para aquele que o estuda. A segunda, a “observação participante” é enunciada como *a análise de uma falsa ‘participação’ num grupo estranho*.” Para o autor (1995), a prática do sociólogo, no que concerne à sua postura frente à relação com o objeto da pesquisa, deve ser bem diferente daquela prática realizada pelo etnólogo. O sociólogo, diferentemente deste, deve abster-se de “abolir magicamente” a distância entre o observador e o observado, e objetivar essa distância e as condições sociais que a fazem possível, para interrogar-se incessante e sistematicamente sobre a relação com o seu objeto, relação esta que tem como condições a exterioridade e as técnicas de objetivação de que o pesquisador dispõe. Trata-se, na objetivação participante, de objetivar o próprio sujeito do conhecimento, já que nele se encontram inscritas algumas das mais poderosas determinantes sociais dos princípios de apreensão de qualquer objeto, assim como os interesses materiais e simbólicos que o ligam ao objeto pesquisado. No caso da pesquisa sobre o campo universitário, por exemplo, os interesses associados à pertença do pesquisador a esse campo, ao fato de ocupar uma posição no mesmo e de pretender objetivar os seus concorrentes pelo monopólio da objetivação objetiva.

Objetivar o próprio sujeito de conhecimento, o qual faça o que fizer, não deixa de estar envolvido nas lutas do campo, é conferir a si mesmo os meios de re-introduzir na análise a consciência dos pressupostos e dos preconceitos, associados ao ponto de vista local e localizado daquele que constrói o espaço dos pontos de vista (Bourdieu, 2000, p. 51).

Também é preciso objetivar a objetivação, no sentido de dirigir a atenção para o ponto de vista mesmo, para os condicionantes ou pressupostos epistemológicos e sociológicos nos quais se funda a relação com o objeto. Em síntese, realizar a objetivação participante é adotar o ponto de vista da reflexividade: que não é outra coisa que pôr em questão o privilégio do sujeito de conhecimento, ao qual historicamente tem se isentado de forma totalmente arbitrária, no sentido de não ética, do trabalho de objetivação.

É preciso, de certo modo, ter-se renunciado à tentação de se servir da ciência para intervir no objeto, para se estar no estado de operar uma objetivação que não seja a simples visão redutora e parcial que se pode ter, no interior do jogo, de outro jogador, mas sim a visão global que se tem de um jogo possível de ser apreendido como tal porque se saiu dele (Bourdieu, 2000, p. 58).

Um bom exemplo que ilustra o modo e prática do pensamento relacional em Bourdieu, encontra-se na formulação da noção de campo. A noção de campo é um conceito dinâmico, relacional e histórico. O campo acadêmico, por exemplo, na sua formulação conceitual mais simples é definido como uma estrutura dinâmica de posições teórico-políticas e, ao mesmo tempo, como um conjunto de relações objetivas entre agentes (indivíduos e instituições) que existem independentemente da vontade e consciência individuais. Em termos analíticos o campo é como uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições, é o cenário de relações de força e de lutas encaminhadas a transformá-las, e por isso mesmo, é o lugar de uma mudança permanente (Bourdieu & Wacquant, 1995, p. 69).

Acreditamos pois, ter mostrado como no trabalho de Norbert Elias e Pierre Bourdieu subsiste uma forma de pensamento relacional, que se baseia numa crítica radical à corrente de pensamento dominante na sociologia e que essa crítica implica um questionamento sistemático da relação sujeito/objeto, isto é, crítica ao senso comum, à linguagem disciplinar, aos preconceitos e ao próprio pensamento do pesquisador. Também mostramos

que, para esses dois sociólogos, a história como disciplina científica é primordial para o trabalho do cientista social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey (1987). O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.4, vol. 2, pp. 5-28, junho de 1987.
- BOURDIEU, Pierre (2000). *O Poder Simbólico*. 3 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- _____. (1996). *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. 1 ed. Campinas. Papyrus Editora. 224 p.
- _____. (1991). *El Sentido Práctico*. 1 ed. Madrid. Taurus Humanidades. 451 p.
- _____. & Loïc J.D Wacquant (1995). *Respostas por uma antropologia reflexiva*. 1 ed. Mexico.Grijalbo. 229 p.
- Elias, Norbert (1968). “Introdução à Edição de 1968” *In: O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. p. 214-271.
- _____. (1996) *La sociedad cortesana*. 1 ed. México. Fondo de Cultura Económico. 403 p.
- _____. & Scotson, J (2000). *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia as relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. 1 ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 224 p.